



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO**

**POR OCASIÃO DA
REUNIÃO DE TIMOR-LESTE COM OS PARCEIROS DE
DESENVOLVIMENTO (TLDPM)**

Auditório Kay Rala Xanana Gusmão, Ministério das Finanças, Díli
17 de maio de 2024



Palácio do Governo
Avenida Marginal
Díli, Timor-Leste

Sua Excelência, Senhora Presidente do Parlamento Nacional, Dra. Maria Fernanda Lay

Sua Excelência, Senhor Presidente do Tribunal de Recurso, Dr. Deolindo dos Santos

Excelências, Distintos Deputados

Excelências, Senhoras e Senhores Membros do Governo

Excelências, Senhoras e Senhores Embaixadores, Representantes de Organizações Internacionais e demais Membros do Corpo Diplomático

Excelências, Senhoras e Senhores Representantes das Organizações Não Governamentais e das Confissões Religiosas

Caros Membros da Imprensa

Senhoras e Senhores,

Em primeiro lugar, permitam-me expressar as boas-vindas a todos os participantes neste encontro anual com os Parceiros de Desenvolvimento de Timor-Leste.

O primeiro destes encontros – a Conferência de Doadores para Timor-Leste - realizou-se há 25 anos, em Tóquio, no Japão, com o apoio da ONU e do Banco Mundial.

Foi no rescaldo da votação pela independência, face à grave crise humanitária em Timor-Leste, que vários países doadores se mobilizaram para angariar ajuda para o povo timorense.

Foi há 25 anos que mais de 78% dos timorenses optaram pela independência na Consulta Popular de 30 de agosto de 1999, organizada pelas Nações Unidas.

Foi há 25 anos que milhares de timorenses se viram desalojados, feridos, ou em fuga – culminando assim um período de 24 anos de ocupação e sofrimento, com mais tormenta e angústia.

São 25 anos que parecem ser muito tempo, mas que continuam a ser pouco mais do que um segundo na vida do nosso povo.

E cada um destes dias, desde o 30 de agosto de 1999, têm sido dias de superação e vitória face a incontáveis desafios que se colocam às mulheres, homens e crianças desta nação.

Este ano celebramos, pois, esta vitória de liberdade e independência, mas lembramos e honramos também os mártires da nossa luta e os sacrifícios dos timorenses.

Este ano celebramos os inúmeros progressos alcançados em democracia e paz. No entanto, reconhecemos também o quanto falta fazer para ultrapassar a pobreza, as desigualdades, o desemprego, a insuficiência alimentar e outros tantos desafios globais, como as alterações climáticas, as incertezas económicas e a instabilidade mundial.

Porém, em todo este processo, de conquista de independência e consolidação do Estado e da Nação, não temos permanecido sozinhos. Os parceiros de desenvolvimento – os nossos parceiros – têm vindo a acompanhar o nosso processo de desenvolvimento, sincronizando-se cada vez mais ao nosso próprio ritmo.

Desde a conferência de doadores de 1999, onde foram reunidos milhões de dólares americanos para apoiar o período de transição, muitos outros milhões têm sido empregues na construção do nosso Estado, em numerário, bens ou assistência técnica.

Por isso, hoje, nesta sessão plenária que reúne os altos representantes dos parceiros de desenvolvimento de Timor-Leste, não posso deixar de expressar o meu sentimento de imensa gratidão.

E isto numa altura em que tantos outros povos precisam de solidariedade e ajuda da Comunidade Internacional. Desde a Síria ao Líbano, do povo da Palestina ao povo de Myanmar, do povo ucraniano ao povo saharauí - tantas nações, algumas esquecidas, na sua surda luta pela sua liberdade e dignidade!

Em tempos, jamais esquecidos, também nós timorenses tivemos esta sensação de que os nossos destinos não nos pertenciam. Estávamos, na verdade, submetidos às circunstâncias e interesses globais.

No entanto, Timor-Leste é agora um caso de sucesso na história do direito internacional.

Que este sucesso e a que a nossa estabilidade, paz e democracia, inspirem a Comunidade Internacional a não baixar os braços quando estão em causa os mais altos princípios de justiça, direitos humanos e desenvolvimento dos povos.

Excelências
Senhoras e senhores,

Retomo ao tema que hoje aqui nos reúne: o futuro de Timor-Leste.

O Governo deve fornecer uma visão clara, uma direção, para os próximos cinco anos. Esta visão permitirá que os parceiros de desenvolvimento alinhem as suas prioridades nos seus Programas Estratégicos de Cooperação.

O Programa do IX Governo Constitucional definiu os seus compromissos para os próximos cinco anos sustentados numa visão de futuro, a longo prazo, para o país.

Conhecemos hoje as nossas principais fragilidades, traçámos o nosso próprio plano e sabemos onde queremos chegar.

O envolvimento dos nossos parceiros continua a ser crucial, mas a liderança e apropriação dos compromissos é cada vez mais responsabilidade do Estado timorense, com uma confiança renovada nas reformas que permitem cumprir os compromissos definidos.

Este primeiro ano de governação, desde a tomada de posse do IX Governo Constitucional, em julho passado, foi um ano de análise e avaliação dos processos e projetos herdados, com vista à correção de irregularidades que levaram o país a um período de estagnação.

Queremos retomar o bom caminho numa base sólida de transparência, de maior capacidade interna e de melhor gestão e capacidade de execução, também para melhores resultados da ajuda internacional.

Estamos, por isso, a rever, a capacitar e a melhorar as instituições garantes do desenvolvimento, investindo na justiça, na transparência e eficácia de procedimentos, sem os quais não será possível transpor as barreiras e eliminar a situação de fragilidade do Estado, sobretudo do sistema financeiro.

O Governo aprovou a realização de auditorias internas aos Ministérios, através do apoio de uma entidade internacional. O próprio Parlamento Nacional aprovou uma auditoria à Câmara de Contas. Este esforço será também alargado ao próprio Parlamento Nacional e à RAE OA.

Acreditamos que auditorias financeiras a instituições fundamentais de um Estado de Direito são fundamentais para corrigir fragilidades e cumprir as regras impostas por Lei. Queremos reiniciar uma nova fase no desenvolvimento e consolidação da democracia timorense, onde a boa

governança e a responsabilização das instituições públicas são um princípio, um meio e um fim da cultura institucional.

Este é, como tal, o resumo do primeiro ano de governação: recuperar a integridade dos organismos públicos, melhorar os serviços prestados e restaurar a legitimidade e a confiança do povo timorense, do setor privado e dos Parceiros de Desenvolvimento.

Um ano de reformas, do setor da justiça à própria legislação interna, como o novo regime de aprovisionamento e a melhoria do sistema de planeamento, monitorização e avaliação das atividades públicas.

Aqui incluo um exame detalhado a todos os grandes projetos de investimento, numa análise de custo-benefício, por forma a assegurar que existiu o devido planeamento e os estudos prévios à execução e que os financiamentos previstos são, de facto, os mais adequados.

Só assim poderemos enveredar pelo caminho que escolhemos de diversificação económica e a criação de emprego para dar resposta aos desafios da modernidade e apoiar uma população jovem e em crescimento acelerado.

Temos o benefício de possuir riquezas energéticas, mas temos de colocar todo o nosso esforço para escapar à “maldição dos recursos”, construindo pontes que façam uma ligação sólida entre os recursos naturais e o progresso. Construindo também políticas que sejam de transição energética e não a permanência no que se poderá tornar insustentável.

Isto significa implementar as medidas previstas no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, incluindo o investimento no capital social, no desenvolvimento das infraestruturas e no desenvolvimento económico, como foi discutido nestes dois dias que antecederam a reunião de hoje.

Por esta razão quero destacar a importância destes últimos dois dias de reuniões de coordenação setorial dos pilares do PED. Estas discussões técnicas permitiram informar melhor este plenário para que a cooperação e o investimento dos parceiros estejam alinhados com as metas do programa do Governo – um programa que é orientado para as pessoas e para as comunidades de Timor-Leste.

Nesta fase de desenvolvimento de Timor-Leste, acho que é importante sublinhar que os Parceiros de Desenvolvimento estão em plena sintonia com o Governo, adaptando as suas subvenções e assistência técnica às prioridades definidas pelo Governo. As vossas prioridades têm de ser as nossas prioridades. As vossas soluções para os problemas e desafios que o país enfrenta, têm de ser as nossas soluções - num verdadeiro esforço coletivo de coordenação.

Vamos acelerar políticas estratégicas, como é o caso do processo de Descentralização, passando do quadro jurídico para a ação, para que os serviços públicos cheguem, depressa e bem, a todos os cidadãos timorenses.

Vamos apostar também em novas políticas, como é o caso da promoção da Economia Azul e a ponderação sobre projetos de energia renovável, num modelo económico que aproxime as comunidades do oceano, e que aproxime Timor-Leste das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Governo está a preparar uma Política e Plano de Ação para a Economia Azul para discussão em Conselho de Ministros e posterior consulta pública. A seu tempo, os Parceiros de Desenvolvimento irão ser também desafiados a contribuir para esta visão e respetivas prioridades.

Por outro lado, vamos voltar a olhar para o desenvolvimento do Oe-Cusse, tendo já sido criada uma comissão executiva com vista ao estabelecimento de uma Zona Económica Especial de Desenvolvimento

em Oe-Cusse Ambeno, com vista à apresentação de um estudo detalhado no início do próximo ano.

Em termos de grandes investimentos, contamos que até ao final do ano o projeto de instalação do cabo submarino de fibra ótica esteja finalizado. Esta é uma infraestrutura crucial que irá permitir alavancar o setor privado e facilitar o desenvolvimento socioeconómico da população.

Nos próximos anos continuará a ser dada prioridade total aos setores da saúde e educação, melhorando estes serviços públicos essenciais.

Aprovámos o Plano Integrado para a Saúde, integrando num único plano os vários programas para a área da saúde, para prestar cuidados de saúde primários, secundários e terciários, de forma coordenada e agregada, em todo o território nacional. Vamos criar mecanismos que assegurem a cobertura universal dos cuidados de saúde, também onde o acesso a estes são mais difíceis, maximizando esforços de eficiência, transparência e profissionalismo na gestão dos recursos financeiros, humanos, materiais e logísticos, bem como das infraestruturas e equipamentos de saúde.

No setor da educação, continuaremos a trabalhar para garantir um ensino de qualidade para todas as crianças e jovens, começando pela avaliação dos professores e desenvolvimento de uma Bolsa de Candidatos para preencherem as vagas e necessidades, com base na capacidade e mérito. Aprovámos também o projeto de Proposta de Lei relativo à Lei de Bases do Ensino Superior que após mais de 14 anos da entrada em vigor da Lei de Bases da Educação, merecia atualização face às atuais exigências e desafios do nosso país.

A capacitação e formação dos recursos humanos é uma necessidade e uma prioridade transversal a todos os setores de governação e sei que os nossos Parceiros de Desenvolvimento estão conscientes disto.

Sabemos que as pessoas são o verdadeiro motor de desenvolvimento, quer no aumento da produtividade agrícola, quer na promoção do turismo, quer para o crescimento do empreendedorismo, quer na adopção de melhores práticas e políticas da área das infraestruturas à prestação de serviços sociais, quer na própria modernização das instituições públicas.

Pessoas – apoiar as pessoas! Desde o combate à malnutrição infantil à melhoria das ementas escolares, da promoção e valorização da mulher no mercado de trabalho e no seio das comunidades, à inclusão e proteção dos mais vulneráveis da nossa sociedade.

As pessoas são a nossa maior riqueza, o nosso maior potencial, a nossa maior esperança de um futuro sustentável. Por isso, digo, o nosso país precisa também de outro tipo de grande investimento para além das Parcerias-Público-Privadas, ou seja, precisa de Parcerias-Para-Pessoas!

Finalmente, não posso deixar de lembrar as oportunidades subjacentes à assinatura do protocolo de adesão à OMC. Um progresso considerável na liberalização do comércio, no acesso aos mercados internacionais e nas oportunidades criadas pela inserção de Timor-Leste na economia global.

Continuamos ainda a desenvolver todos os esforços para conduzir as negociações de adesão à ASEAN. Não basta entrar nesta associação, é preciso que Timor-Leste assegure a efetiva concretização dos compromissos que assumimos nesta adesão. Temos contado e continuaremos a contar, mais uma vez, com os Parceiros de Desenvolvimento, na preparação dos diferentes instrumentos de natureza política, administrativa e legislativa, bem como na capacitação dos nossos recursos humanos.

Assumimos com responsabilidade, mas também como uma tremenda oportunidade, a inserção plena neste espaço que assume cada vez mais um maior protagonismo económico e estratégico global.

Excelências
Senhoras e Senhores,

Timor-Leste, enquanto país fundador do g7+, em vários momentos se viu confrontado com as dificuldades sentidas pelos países mais frágeis e pobres do mundo, no que respeita ao acesso à ajuda financeira.

Não nos cansamos de repetir que as organizações internacionais têm de ter o cuidado de avaliar as especificidades e necessidades dos países, para que as prioridades da ajuda correspondam às reais necessidades desses países.

Lembro o “Diálogo Internacional sobre a Construção da Paz e a Construção do Estado” que se realizou em Díli, em 2010, onde pela primeira vez os Estados frágeis e afetados por conflitos se organizaram para terem uma voz unida no palco global.

Deste diálogo surgiu o “Novo Acordo para o Envolvimento em Estados Frágeis” lançado em 2011, no Quarto Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda em Busan. O mecanismo global de monitorização e de chamada de atenção para os desafios únicos enfrentados pelos Estados frágeis, detido e liderado pelos países, continua a ser ativamente defendido pelo g7+ e por Timor-Leste.

O apoio dos parceiros de desenvolvimento não pode deixar de considerar os desafios específicos e os objetivos definidos por cada país. Só assim o apoio, em assistência técnica e noutras modalidades possíveis, pode ser efetivo e positivo, com resultados concretos.

Agradeço, mais uma vez, o trabalho que os parceiros de desenvolvimento têm realizado em Timor-Leste ao longo dos anos.

Estou confiante de que poderemos continuar a contar com o vosso apoio para implementar a nossa visão estratégica rumo ao desenvolvimento do nosso Povo e do nosso país.

Muito, muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão